

# Caso de pataxó vai a júri, após quase 5 anos

Joedison Alves/AE-27/4/97

**Julgamento de 4 jovens acusados de atear fogo a índio começa amanhã e deve ir até sexta-feira**

MARIANA PEREIRA  
e MARIÂNGELA GALLUCCI

BRASÍLIA – Depois de quase cinco anos, quatro jovens de classe média de Brasília serão levados a julgamento pela morte do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo quando dormia em um ponto de ônibus. O júri ocorrerá amanhã, apesar das ameaças de adiamento causadas pela saída do caso da promotora Maria José Miranda. “Não existem motivos para isso”, diz a presidente do Tribunal do Júri de Brasília, Sandra de Santis, confirmando a realização da sessão, que terá segurança reforçada e a provável presença de manifestantes indígenas.

Eron Alves de Oliveira, Antonio Novély Cardoso de Vilanova, Max Rogério Alves, todos à época com 19 anos, Tomás Oliveira de Almeida e seu irmão G.N.A.J, que tinham respectivamente 18 e 16 anos, foram detidos em 20 de abril de 1997, pouco depois de terem atado fogo ao índio. Galdino dormia numa avenida movimentada, de-



Protesto realizado em Brasília seis dias depois da morte de Galdino: promotora abandonou o caso na reta final

**JUÍZA É MULHER DO PRESIDENTE DO SUPREMO**

pois de ter ido a Brasília participar da comemoração do Dia do Índio, em 19 de abril. Morreu no dia seguinte, com 95% do corpo queimado.

Começou ali a batalha judicial para levar os acusados a júri popular. Maria José con-

seguiu seu intento no ano passado – só G. escapou do julgamento, porque era menor de idade na época do crime. O empenho da promotora tornou ainda mais surpreendente seu pedido de afastamento do caso, anunciado só oito dias antes da data do júri. Ela será substituída pelo colega Maurício Miranda, que te-

rá a obrigação de ler, até pouco antes do início da sessão, as 3 mil páginas do processo. “Saio exclusivamente porque estou cansada; tiro um peso enorme das minhas costas”, afirmou a promotora na semana passada. Visivelmente nervosa, Maria José revelou a intenção de deixar Brasília, pelo menos durante o

juízo, para não ter de dar satisfação a ninguém sobre o processo. “Muitas pessoas acham que estou perseguindo os rapazes. Não é verdade, quem acusa não sou eu, e sim o Ministério Público.”

De acordo com uma fonte do Ministério Público, Maria José sofria perseguições por parte de Sandra de Santis –

conhecida pela discrição e sempre lembrada como a mulher do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello. “Ela foi impedida de circular na sala e até mesmo no banheiro dos jurados”, revelou um colega. “Maria se sentiu pressionada, acuada.”

A promotora preferiu não comentar o assunto, dizendo que não recebeu ameaças ou pedidos para sair de cena. A Assessoria de Imprensa da juíza não confirmou a história, mas disse que, pela lei penal, os jurados devem ficar isolados antes da decisão.

STJ – A suposta rivalidade entre Maria José e Sandra teve início em 1997, quando a juíza desclassificou a tese de homicídio triplamente qualificado apresentada pela promotora. Sandra classificou o crime como lesão corporal seguida de morte – ilícito que não é julgado por tribunais do júri. Em fevereiro de 1999, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reformou a decisão.

As sessões diárias do julgamento dos quatro acusados tem hora para começar e para terminar. Sandra decidiu limitar as sessões ao período entre 9 e 20 horas. O objetivo é permitir o descanso dos jurados e da equipe de profissionais que trabalhará no tribunal já que, pela previsão, o julgamento vai durar três dias. O esquema de segurança montado para o julgamento conta com cerca de 80 homens da Polícia Militar e do Tribunal de Justiça.

Dênio Hurtado/AE-19/4/2001

## Tribos e entidades preparam protestos durante julgamento

**Famílias de vítima e de agressores devem ficar próximas na sala de sessão**

EDSON LUIZ

BRASÍLIA – O Tribunal do Júri reservou 32 dos 274 lugares da sala de sessão para a família de Galdino Jesus dos Santos, que começou a chegar ontem de Pau-Brasil, na Bahia, onde trava uma disputa histórica com fazendeiros pela retomada das terras. O pai do pataxó, Juvenal Rodrigues, não participará do julgamento, pois sua saúde é precária, principalmente depois da morte do filho. A mãe, Minervina, também doente, estará em uma das primeiras fileiras.

Durante o julgamento, os índios e entidades vão fazer manifestações na Praça do Compromisso, local onde Galdino foi queimado vivo e está instalada uma escultura em sua homenagem. O monumento, ao contrário do caso que chocou o País, foi esquecido e hoje é simplesmente uma estátua pichada e usada por viciados em drogas.

No local, os pataxós – cerca de 60, conforme expectativa dos organizadores das manifestações – vão fazer rezas e uma vigília, que deve reunir integrantes de outras tribos. Entre os líderes que estarão em Brasília, o mais importante é Gerson, irmão de Galdino, hoje responsável pelo enfrentamento em Pau-Brasil.

Os dois ônibus que trazem os pataxós deveriam chegar ontem à noite ou no início da madrugada de hoje ao Distrito Federal. Quase todas as pensões localizadas na região onde Galdino morreu se encontram lotadas de índios de outras tribos, que estão desde a semana passada em Brasília.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) também abriga mais indígenas em uma chácara.

Famílias – Provavelmente próximos da família de Galdino estarão integrantes de três outras famílias, mas de classe média de Brasília, ao contrário do índio, que era pobre e sempre viveu na aldeia Caramuru, em Pau-Brasil. Entre eles, o juiz federal Novély Vilanova da Silva Reis, pai de Novély, um dos quatro acusados.

Na defesa dos jovens estará outro parente, o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Walter Medeiros, padroado de Max Rogério Alves. O argumento que será usado por Medeiros é o mesmo que o dos outros dois advogados de defesa: os rapazes não tiveram

a intenção de matar o índio pataxó e tudo não passou de uma brincadeira.

Tese que o promotor Maurício Miranda pretende rebater com os depoimentos do chapeiro Nairo Euclides Santos Magalhães, que ajudou a socorrer Galdino. De seu carro, o chapeiro notou o fogo e um grupo correndo na direção de um Monza, que saiu rapidamente. Magalhães seguiu o carro até anotar a placa e voltou para ajudar o índio. Usou o extintor de seu carro para apagar as chamas. “A cara dele desmanchava. A pele do braço saía sozinha”, contou a testemunha na época.

Também vão depor pela acusação o advogado Evandro Castello Branco – filho do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Sepúlveda Pertence, que também ajudou no socorro – e o frentista Adailto Ribeiro, que vendeu a gasolina para os rapazes. Na acusação ainda estará o deputado e advogado Luis Eduardo Greenhalgh, ligado à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.



Em abril, entidades indígenas e a mãe do pataxó (no centro) lembraram o crime em Brasília

Ed Ferreira/AE-20/4/97

## Inspirado em pegadinha, crime chocou o País

Do presidente Fernando Henrique Cardoso a crianças que só tinham visto um índio em ilustrações de livros. O País inteiro revoltou-se com a história de cinco jovens de classe média que, por brincadeira, jogaram 2 litros de álcool e atearam fogo no pataxó Galdino Jesus dos Santos. “Estávamos conversando sobre pegadinhas e lembramos da que tínhamos visto no Faustão”, disse na época Eron Oliveira, membro do grupo.

Naquela madrugada de 20 de abril de 1997, Eron, Antônio Novély de Vilanova – filho do juiz Novély Vilanova da Silva Reis, da 7.ª Vara Federal de Brasília –, Max Rogério Alves e os irmãos Tomás Oliveira de Almeida e G.N.A.J. saíram no Monza da mãe de Max, em busca de “diversão”. Acharam que a tinham encontrado ao verem uma pessoa dormindo num ponto de ônibus.

Para fazer a “brincadeira”, precisariam de algum líquido inflamável. O problema foi re-



Dois acusados em carro da polícia no dia do crime

solvido com a ida a um posto de gasolina. Os cinco voltaram ao ponto de ônibus, espalharam álcool no corpo de Galdino e atearam fogo. Viram o índio arder em chamas e saíram.

Socorrido, Galdino chegou consciente ao Hospital Regional da Asa Norte. Ele só não tinha queimado as solas dos pés e o alto da cabeça. Em 85% do corpo, as queimaduras eram de terceiro grau. O índio relatou que chegara tarde à pensão em que estava hospedado e fora impedido de entrar. Naquela noite, tinha ido a uma festa na Fundação Nacional do Índio

(Funai) e se perdido.

Logo depois de contar o que havia ocorrido, foi sedado. Em pouco mais de um dia, morreu por insuficiência renal e respiratória e falência de órgãos. Com a placa do Monza, a polícia achou os jovens. Interrogados, disseram ter confundido Galdino com um mendigo.

ONU – Ao saber do crime, Fernando Henrique disse ter ficado “revoltado e chocado” e pediu providências. “Que barbaridade”, comentou. O caso chegou à Organização das Nações Unidas (ONU). O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) classificou o episódio de manifestação “neonazista”. Pau-Brasil e o Distrito Federal fizeram luto por três dias e discutiram o caso até em escolas. (M.P. e M.G.)